
ANEXO 2

Resultados do Inquérito On-line

ORGANIZAÇÃO



APOIO



Análise e tratamento dos dados do inquérito:



FICHA TÉCNICA DAS RESPOSTAS AO INQUÉRITO:

- Foram recolhidas 88 respostas ao inquérito: 84 pessoas de nacionalidade portuguesa, duas de nacionalidade brasileira, uma italiana e uma com dupla nacionalidade (angolana e americana).
- A origem das respostas foi maioritariamente da região de Lisboa: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Carcavelos, Cascais (4), Lisboa (26), Odivelas (2), Oeiras (4), Seixal, Sintra (3) e Vila Franca de Xira. No entanto, foram recolhidas respostas de diversos outros pontos do país: Avis, Braga (2), Castelo Branco, Coimbra (4), Faro (2), Figueira da Foz, Ílhavo, Loulé, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mealhada, Montemor-o-Velho (2), Paços de Ferreira, Palmela, Peniche, Ponta Delgada (4), Porto, Santa Maria da Feira (2), Santarém, Setúbal (3), Tavira, Torres Novas, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Verde e Viseu. Houve ainda duas respostas de fora de Portugal (Nova Iorque e Rio de Janeiro) e uma outra cuja origem não foi identificada.
- A maioria das/os respondentes são do sexo feminino (74,7%):



- As pessoas que responderam ao inquérito fizeram-no quer em nome individual, quer na condição de representantes de organizações. A maioria fê-lo nesta segunda condição.

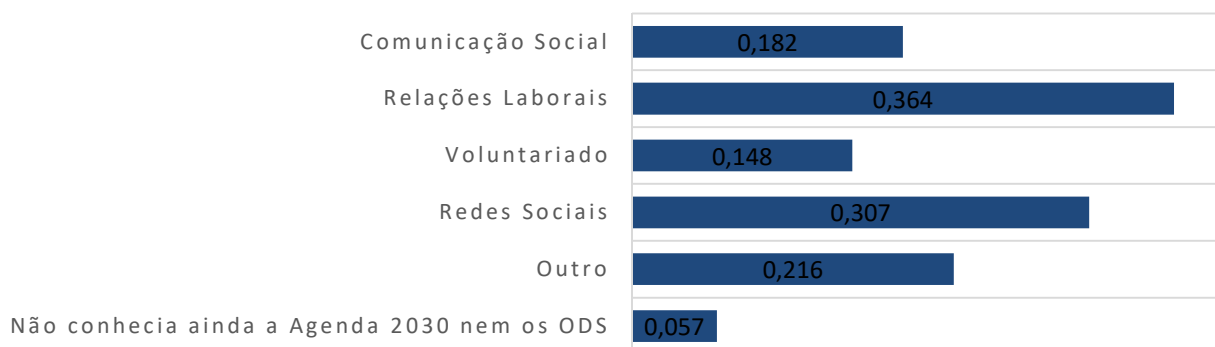


- Apesar de a maioria das pessoas terem respondido na condição de representantes de organizações, apenas 20 respondentes optaram por identificar qual a organização através da qual responderam ao inquérito: ACEGIS - Associação para a Cidadania, Empreendedorismo, Género e Inovação Social; ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva; AMI - Assistência Médica Internacional; APPASM - Associação Portuguesa de Prevenção e Apoio à Saúde Mental; APPJ - Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco; Associação para a Inovação; Associação Portuguesa de Engenharia Natural; Câmara Municipal de Oeiras; Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP; CGTP-IN; Comissão de Trabalhadores da Unicer; Desenvolvimento e Investigação de Castelo Branco; Fundação Salesianos; IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais; IDTraining; JOC - Juventude Operária Católica; PpDM; P&D Factor; Sair da Casca; TTERRA, Lda; WWF Portugal.

RESULTADOS DO INQUÉRITO ONLINE

No seguimento do Inquérito aplicado retratamos o conjunto de questões colocadas e os resultados das respostas obtidas às mesmas.

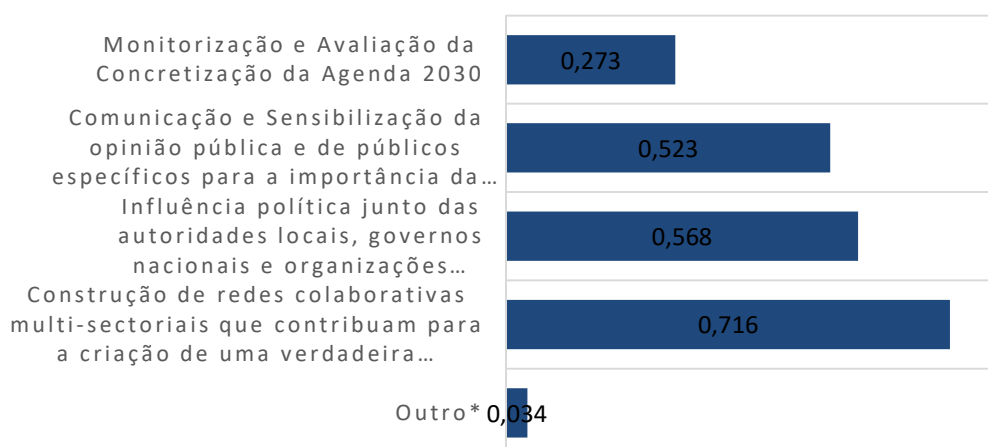
A. EM QUE CONTEXTO TOMOU CONHECIMENTO DA AGENDA 2030 E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)?



- Apenas 5,7% de respondentes afirmaram não conhecer, antes do contacto com este inquérito, a Agenda 2030 e os ODS.
- As Redes Sociais e, sobretudo, as relações laborais foram os principais veículos de disseminação de informação sobre os ODS junto das/dos respondentes ao inquérito.

B. PARA ALÉM DE CONTRIBUIR, ATRAVÉS DAS SUAS ATIVIDADES, PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS ODS A NÍVEL LOCAL, NACIONAL E GLOBAL, QUAL CONSIDERA QUE DEVERÁ SER O PAPEL PRINCIPAL DA SOCIEDADE CIVIL NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030?

(resposta de múltipla escolha – até 2 opções máximo)



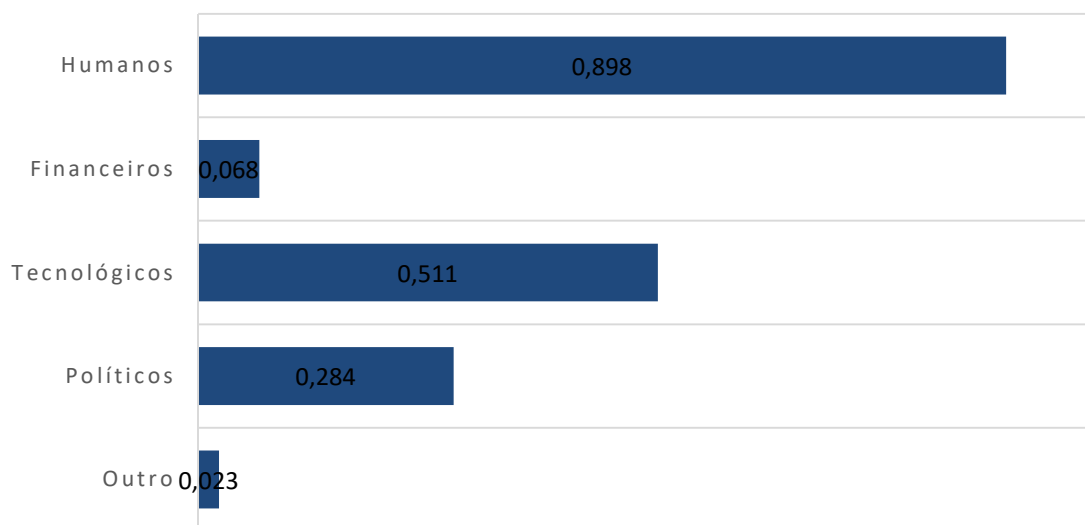
*Voluntariado Empresarial

- A Sociedade Civil assume, nesta Agenda, um papel de grande importância e, de acordo com as pessoas inquiridas, a principal responsabilidade destas organizações na

implementação dos ODS prende-se com a criação de redes multisectoriais que permitam a criação de uma verdadeira Parceria Global facilitadora do sucesso desta Agenda. Também o trabalho de influência política aos diferentes níveis e de disseminação de informação sobre a Agenda 2030 e os ODS devem ser ações a levar a cabo pelas organizações da Sociedade Civil.

C. QUE RECURSOS/MEIOS SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS PARA QUE A SOCIEDADE CIVIL POSSA CONTRIBUIR DE FORMA EFETIVA PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS?

(resposta de múltipla escolha – até 2 opções máximo)



- Os dados indicam que há uma perceção generalizada de que existem meios Humanos disponíveis para que a Sociedade Civil possa ter um contributo relevante na implementação dos ODS. Em sentido inverso, as/os inquiridas/os referem que faltam à Sociedade Civil sobretudo meios Financeiros e condições políticas para levar a cabo esse trabalho.

D. NOMEIE EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS EXISTENTES QUE PODERÃO CONTRIBUIR PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS ODS.

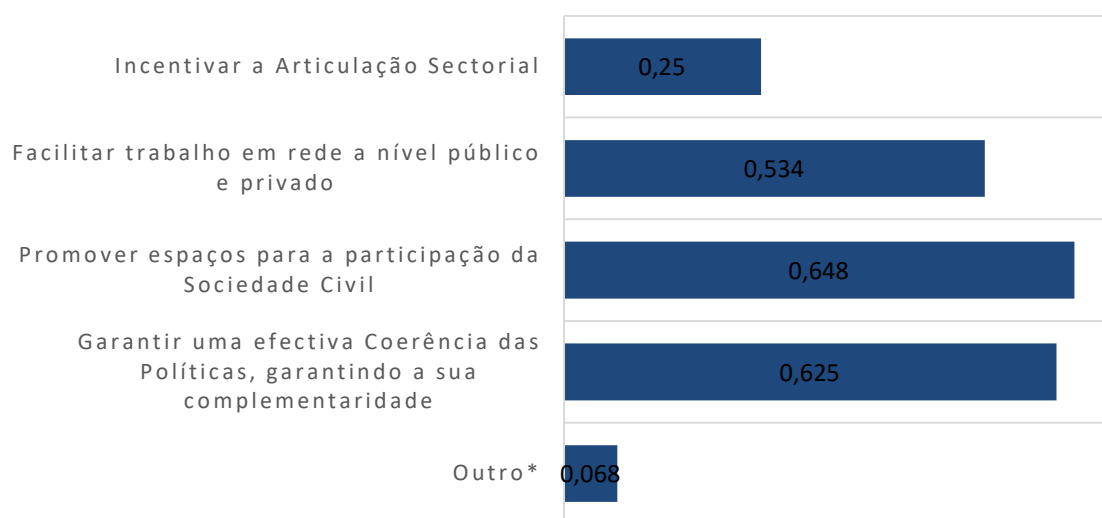
As/os respondentes identificaram vários exemplos de boas práticas existentes que poderão contribuir para a concretização dos ODS. Entre as muitas iniciativas elencadas, podem destacar-se algumas como:

- Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global.
- Educação Ambiental.
- Sensibilização junto das escolas e das gerações mais novas.
- Sensibilização dos/as professores/as através dos seus sindicatos.
- Eco-escolas.
- Organização de debates alargados sobre cada um dos ODS.
- *Workshops* de sensibilização.

- Iniciativas para a promoção da igualdade de género.
- Aposta em metodologias de educação não formal, no sentido de promover a igualdade de direitos entre mulheres e homens.
- A lei da paridade aplicável nas listas para órgãos eleitos de poder local.
- Relatórios-sombra produzidos por Organizações da Sociedade Civil a propósito do acompanhamento e monitorização da implementação da Agenda 2030.
- Sistemas de consumo local, agricultura biológica e sistemas de rega inteligentes.
- Promoção da Economia Circular.
- Reciclagem e substituição de combustíveis fósseis.
- Proibição do trânsito automóvel nos centros históricos das cidades.
- Etiquetagem dos produtos: ciclo de vida do produto, inclusão das externalidades.
- Combate à desertificação.
- Reforço do Diálogo Intersectorial.
- Esforços para criação de um plano de desenvolvimento nacional alinhado aos ODS.
- Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas.
- Esforços para criação de grupos regionais e locais para a implementação dos ODS.
- Rede *Leader* ou outras redes colaborativas já existentes.
- Redes locais de Ação Social para a implementação dos ODS.
- Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento.
- Redes de parcerias que contribuem para a mobilização da Sociedade Civil.
- Voluntariado empresarial.

E. QUE SUGESTÕES PODEM DAR-SE A QUEM GOVERNA PARA A CONCRETIZAÇÃO DA AGENDA 2030 (NÍVEIS NACIONAL E REGIONAL/LOCAL)?

(resposta de múltipla escolha – até 2 opções máximo)



***Outro:** ver nota de rodapé¹

¹ Considerar a sociedade civil como parte interessada com impacto na garantia de efetiva coerência das políticas; Otimizar a gestão de recursos, valorizar fatores humanos e sociais e não só o crescimento económico; Legislação temporária; Vontade política; Garantir alternativas e efetiva pluralidade; Monitorização, informação sobre o progresso, transparência; Combater as pressões de alguns sectores económicos, as quais são as únicas barreiras à implementação de algumas práticas e iniciativas políticas.

As principais orientações endereçadas às/aos agentes políticos dos diferentes níveis de ação governativa (nacional, regional e local) vão no sentido de: 1) se criarem espaços que facilitem o envolvimento da Sociedade Civil nos processos relativos à implementação dos ODS; 2) se garantir uma efetiva coerência das políticas e de 3) se criarem condições para o trabalho em rede entre autoridades governativas e agentes privados.

F. QUE MECANISMOS DEVEM SER MELHORADOS OU CRIADOS PELOS/AS DECISORES/AS NACIONAIS PARA CRIAR UM AMBIENTE FAVORÁVEL À IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS, NO QUE DIZ RESPEITO:

À SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CIDADÃOS E CIDADÃS?

- Assegurar que o tema dos ODS seja integrado na agenda política e faça parte do discurso político.
- Assegurar uma eficaz divulgação dos impactos da Agenda nas políticas públicas.
- Eficaz divulgação da Agenda 2030 através dos *media* e junto das escolas ou através de iniciativas de carácter local.
- Integração dos temas que compõem os ODS nos programas escolares.
- Integrar a temática dos ODS na Educação para a Cidadania no ensino público, como conteúdo obrigatório e interdisciplinar.
- Criar campanhas educativas específicas sobre as temáticas abrangidas pelos ODS (igualdade de género, sustentabilidade ambiental, redução da pobreza, etc.).
- Investir na formação e na valorização da Escola Pública.
- Incentivar o sector empresarial a desenvolver ações de promoção dos ODS complementares às de iniciativa pública.
- Promover mais iniciativas de voluntariado.
- Definir prioridades a nível local e envolver as cidadãs e os cidadãos na sua implementação.
- Disponibilizar informação *online* e em papel sobre os ODS e sobre o possível papel de cada um/a na sua implementação, de forma acessível, fiável e com uma linguagem simples, por exemplo, criando um site onde todas/os possam participar e onde as iniciativas de promoção e mobilização para os ODS sejam divulgadas publicamente.
- Promover espaços de participação cidadã como assembleias, debates, seminários ou pequenas ações de base local.

À ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- Apoio financeiro e reconhecimento formal de plataformas como agentes privilegiados no contacto com os poderes públicos (Governo, Parlamento, Autarquias).
- Promover a articulação internacional e participação das diversas entidades que estão a desenvolver trabalho neste âmbito (dos ODS).
- Exigir espaços de encontro das/os deputadas/os com as/os eleitores para debate sobre os ODS e as prioridades nacionais (que deverão atender às prioridades locais de todo o território nacional).
- Maior capacitação das organizações, nomeadamente através da disponibilização de recursos financeiros para a formação de técnicos/as.
- Disseminação de metodologias de trabalho participativas.
- Estimular a participação das cidadãs e cidadãos na Sociedade Civil organizada.

- Promover o voluntariado e o voluntariado empresarial.
- Organizar grupos de trabalho local compostos por cidadãos e cidadãs para informação, debate, planificação, implementação, monitorização e avaliação da implementação dos ODS.
- Criar "agendas" colaborativas, à semelhança da figura dos orçamentos participativos já aplicados em algumas partes do país.
- Mapear, reconhecer, valorizar e disseminar boas práticas de planificação e implementação dos ODS.
- Monitorizar junto das entidades públicas responsáveis pelos ODS a sua implementação, apresentar recomendações corretivas e partilhar informação continuada sobre a evolução dos parâmetros monitorizados no âmbito da implementação dos ODS.
- Incentivar os organismos públicos a desenvolver (com obrigatoriedade) políticas de promoção da igualdade de género.
- Apoiar o associativismo e promover reflexão e recomendações sobre novas formas e modelos (democráticos e sustentáveis) de organização da Sociedade Civil.
- Criar condições para um trabalho em rede mais regular, eficaz e impactante.
- Promover o emprego de qualidade, que possibilite às pessoas a conciliação da vida profissional com a intervenção cívica.

À ATUAÇÃO DOS PRÓPRIOS ORGANISMOS DO ESTADO

- Criação de legislação que origine um ambiente favorável à implementação dos ODS.
- Assegurar que o tema dos ODS integre e tenha relevância efetiva nas agendas e ações políticas.
- Desenvolver políticas e planos municipais, regionais e nacionais articulados e sustentáveis a médio e longo prazo.
- Sensibilizar (internamente às estruturas públicas), os Recursos Humanos e promover a disseminação de boas práticas sobre os ODS.
- Desenvolver uma verdadeira Estratégia Nacional para a implementação dos ODS.
- Promover o envolvimento das comunidades locais na definição das políticas.
- Monitorizar as iniciativas levadas a cabo com particular atenção à coerência das políticas públicas e denunciar qualquer incoerência que ocorra.
- Reforçar a transparência e combater a corrupção.
- Criar sinergias entre os vários organismos estatais que coordenem a implementação das iniciativas ou fazem a monitorização.
- Efetiva coordenação de esforços entre os órgãos da administração, do nacional ao local.
- Criar sinergias com a administração local, que está mais próxima dos cidadãos e cidadãs.
- Assegurar um conhecimento profundo dos ODS pelos agentes políticos, designadamente através de ações de sensibilização e formação que permitam enquadrar os ODS nas diferentes missões dos organismos do Estado.
- Reduzir a burocracia geralmente associada ao desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável.
- Tirar proveito para a implementação dos ODS de entidades já existentes (como o Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável e do Ambiente) e de planos já existentes.
- Alocação de recursos financeiros para a implementação dos ODS.
- Descentralizar a divulgação e atuação pelas diversas Regiões do País.

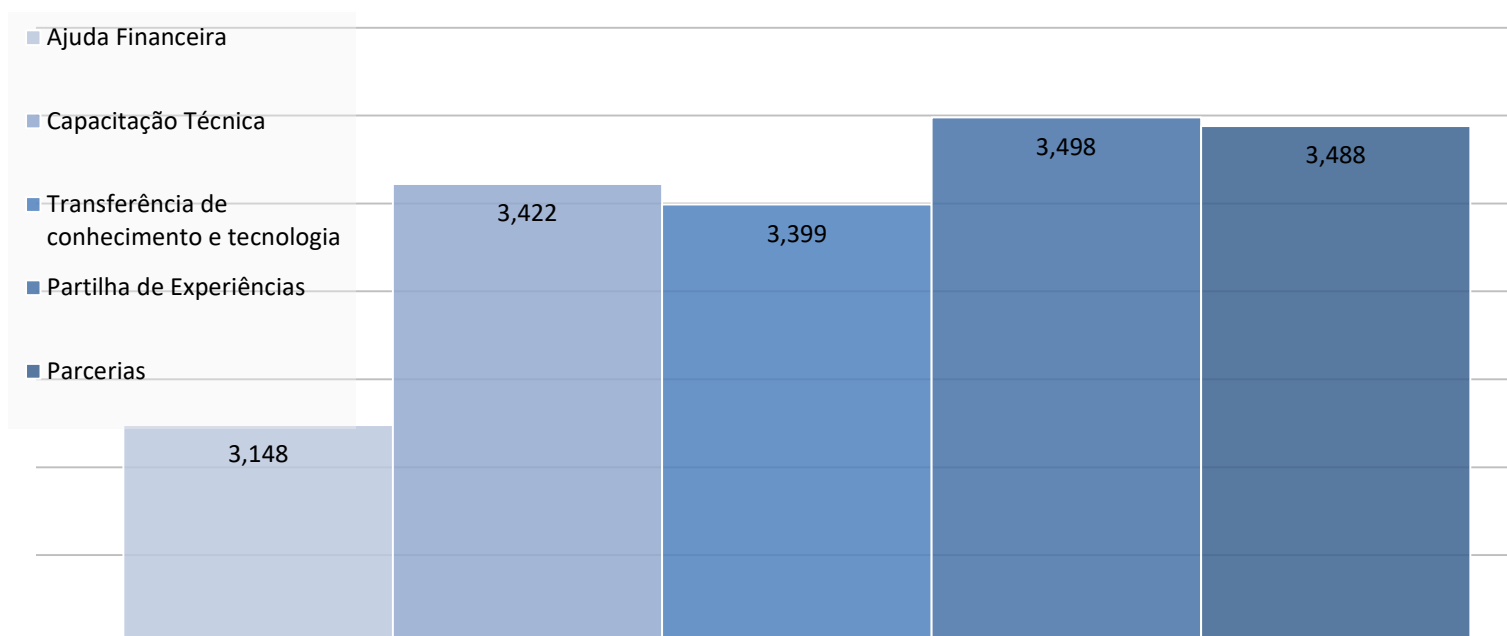
- Criação de comité de avaliação (que inclua organismos de cúpula da Sociedade Civil) para acompanhamento e monitorização do cumprimento das medidas estabelecidas para implementação dos ODS.
- Promover novas formas de financiamento do desenvolvimento, através designadamente da tributação das transações financeiras.
- Implementação de medidas com vista à criação de empregos ecológicos e ambientalmente sustentáveis.
- Promover medidas que venham ao encontro de alteração de paradigma tecnológico e energético.
- Definir como objetivo central do Estado a erradicação da pobreza, da exclusão social e do desemprego.

À ATUAÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL

- Incentivar a adoção dos ODS como parte de sua estratégia empresarial e dos modelos de negócio.
 - Incentivar a implementação de boas práticas de conduta, igualdade de género e oportunidades.
 - Estimular o envolvimento das empresas e a sua articulação com entidades do terceiro sector no âmbito de ações em prol dos ODS.
 - Adequar as empresas e formar as/os trabalhadoras/es no sentido de contribuírem para o desenvolvimento sustentável e para o respeito dos ODS.
 - Incentivar a criação de programas de voluntariado empresarial que contribuam para os ODS.
 - Estimular, designadamente através de incentivos fiscais ações que contribuam para os ODS.
 - Exigir às empresas o respeitar e apoio à mulher/homem na maternidade/paternidade até aos 3 anos, possibilitando a opção entre o horário contínuo ou flexível.
 - Promoção da transparência, da luta contra a corrupção, do cumprimento da lei e mais e melhor controle das práticas laborais, financeiras.
 - Promoção da economia baseada em serviços ambientais.
 - Promoção da aproximação do setor empresarial à comunidade através da criação de espaços de encontro com a Sociedade Civil.
 - Promoção da formação para líderes do sector empresarial sobre os ODS e desenvolvimento sustentável no seu sentido pleno (que não inclui apenas respeito pelo ambiente).
-

G. SENDO A AGENDA 2030 UMA AGENDA UNIVERSAL, QUE RESPONSABILIDADE/COMPROMISSO DEVERÁ HAVER NA RELAÇÃO ENTRE (AGENTES DOS) PAÍSES DESENVOLVIDOS E (AGENTES DOS) MENOS DESENVOLVIDOS?

(Indique o aspeto que considere mais importante (1) e menos importante (5))

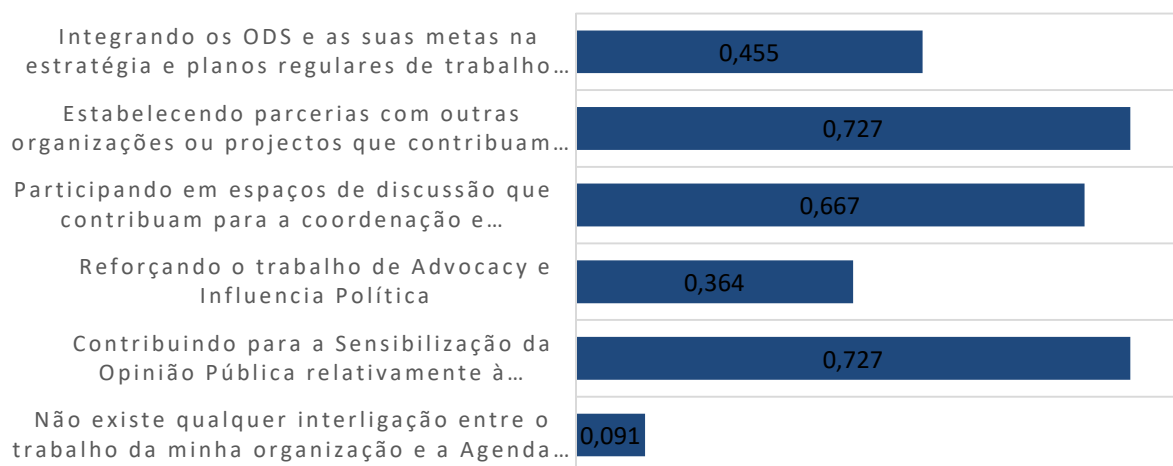


Nota: os valores apresentados representam a média das respostas recolhidas para cada opção.

- De acordo com as respostas recolhidas, a Ajuda Financeira dos países desenvolvidos aos países menos desenvolvidos deve ser o principal compromisso ou responsabilidade assumida na relação entre estes Povos.

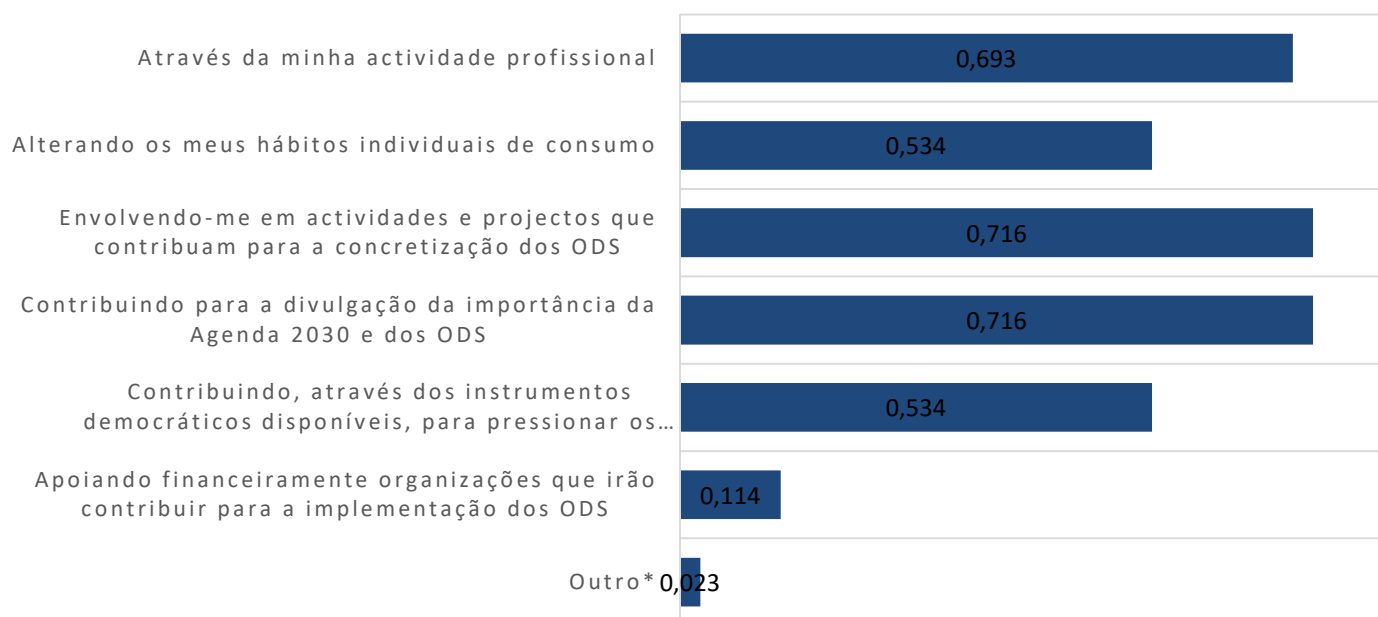
H. SE REPRESENTA UMA ORGANIZAÇÃO, COMO PREVÊ QUE ELA POSSA CONTRIBUIR PARA O SUCESSO DA AGENDA 2030?

(resposta de múltipla escolha)



- O estabelecimento de parcerias com outras organizações ou projetos, o trabalho de sensibilização em prol dos ODS e a participação em espaços de discussão que facilitem a coordenação e interligação entre os vários sectores são, de acordo com as e os respondentes, as formas mais prováveis de contributo da sua organização para o sucesso da Agenda.

I. COMO PREVÊ CONTRIBUIR, ENQUANTO CIDADÃO OU CIDADÃ PARA O SUCESSO DA AGENDA 2030?



- Já na condição de cidadãos ou cidadãs, as pessoas que responderam preveem contribuir para o sucesso da Agenda 2030 e para a implementação dos ODS através do seu envolvimento em atividades e projetos, da divulgação da Agenda e dos ODS e da sua atividade profissional. Mais de metade das pessoas inquiridas (53%) está ainda disposta a alterar os seus hábitos de consumo ou a tentar influenciar a agenda política através da participação democrática. Apenas cerca de 11% estão, no entanto, dispostos/as a apoiar financeiramente as organizações para que estas possam ter um contributo mais consistente na implementação dos ODS.